



GREVES DOCENTES NO BRASIL (2003-2022): UM SUBSÍDIO PARA UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA¹

*TEACHERS' STRIKES IN BRAZIL (2003-2022):
A BASIS FOR A THEORETICAL-METHODOLOGICAL DISCUSSION*

*HUELGAS DOCENTES EN BRASIL (2003-2022):
UN SUBSIDIO PARA UNA DISCUSIÓN TEÓRICO-METODOLÓGICA*

 **Julián Gindin**

Doutor em Sociologia

Universidade Federal Fluminense – UFF 
Niterói, Rio de Janeiro – Brasil

 **Mariano Casco**

Doutor em Estudos Sociais

Centro de Estudios e Investigaciones Laborales – CEIL
Ciudad Autónoma de Buenos Aires – Argentina

 **Pablo Ariel Becher**

Doutor em Ciências Sociais

Universidad Nacional del Sur – UNS 
Bahía Blanca, Buenos Aires – Argentina

Resumo: Entre 2003 e 2022, os professores das redes estaduais e municipais brasileiras realizaram mais de 2.500 greves. Houve um acentuado aumento no número de greves desta categoria a partir de 2011, aumento protagonizado principalmente pelos professores de redes de ensino dos municípios pequenos e médios, especialmente no Nordeste. Os dados também evidenciam significativas disparidades entre as redes de ensino em relação à frequência e duração das greves. A análise dos dados consolidados sobre greves de professores no Brasil, combinada com estudos acadêmicos e informações adicionais sobre o sindicalismo docente a Argentina, Brasil, México e Estados Unidos, permite tecer algumas considerações sobre as causas e características dos movimentos grevistas. Estes não podem ser satisfatoriamente explicados desde um modelo baseado no contexto econômico e nas condições de negociação política do sindicalismo, que teria validade em diferentes contextos históricos, como têm proposto alguns pesquisadores. Diferentemente, o estudo das greves exige levar em conta mais elementos explicativos, complexificar as relações entre estes elementos e as próprias greves e, fundamentalmente, considerar que o processo histórico particular determina como os diferentes contextos político-econômicos e os processos sociais mais amplos se combinam de forma particular para determinar a realização (e também a não realização) das greves.

Palavras chaves: greves; metodologia das ciências sociais; sindicalismo docente.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

GINDIN, Julián; CASCO, Mariano; BECHER, Pablo Ariel. Greves docentes no Brasil (2003-2022): um subsídio para uma discussão teórico-metodológica. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 70, p. 1-21, 27180, jul./set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n70.27180>

¹ Agradecemos a Rodrigo Linhares as orientações para poder trabalhar com a base de dados do SAG-DIEESE e a Julia Soul e Agustín Santella a leitura de uma versão preliminar do presente artigo.



Abstract: Brazilian public school teachers employed by state and municipal governments carried out over 2,500 strikes between 2003 and 2022. The number of teacher strikes grew dramatically after 2011, primarily due to increased action by these workers in smaller and medium-sized cities, especially in the Northeast region. There are significant differences among states both in the number of strikes and in the number of strike days. The data on teacher strikes in Brazil, along with academic studies and complementary information on teacher unionism in Argentina, Brazil, Mexico, and the United States, allows us to make some considerations regarding how to explain strike movements. These movements cannot be fully explained by a general model based on the economic context and political exchange theory, as some researches have suggested. A satisfactory study of strikes requires employing more explanatory elements, making the relationships between these elements and the strikes themselves more complex, and, fundamentally, considering that the particular historical process determines how different political-economic contexts and broader social processes combine in particular ways to determine the occurrence (and non-occurrence) of strikes.

Keywords: strikes; social science methodology; teacher unions.

Resumen: Entre 2003 y 2022, los docentes brasileños empleados por estados y municipios realizaron más de 2.500 huelgas. Hubo un aumento acentuado del número de huelgas de esta categoría profesional a partir de 2011, aumento protagonizado principalmente por los docentes de las ciudades medianas y pequeñas, especialmente en el Nordeste. Los datos también muestran significativas disparidades entre los estados tanto en términos de cantidad de huelgas como de días de huelga. El análisis de los datos sobre huelgas docentes en Brasil, combinado con estudios académicos e informaciones adicionales sobre el sindicalismo docente en Argentina, Brasil, México y Estados Unidos, permite tejer algunas consideraciones sobre las causas y las características de los movimientos de huelga. Estos no pueden ser satisfactoriamente explicados desde un modelo basado en el contexto económico y en las condiciones de negociación política de los sindicatos que tendría validez en diferentes contextos históricos, como algunos investigadores han propuesto. Diferentemente, un estudio satisfactorio de las huelgas exige tener en cuenta más elementos explicativos, complejizar las relaciones entre estos elementos y las propias huelgas y, fundamentalmente, considerar que el proceso histórico particular determina cómo los diferentes contextos político-económicos y los procesos sociales más amplios se combinan de forma particular para determinar la realización (y también la no realización) de huelgas.

Palabras clave: huelgas; metodología de las ciencias sociales; sindicalismo docente.

Introdução

No Brasil, o período que vai de 2003 a 2022 tem particular interesse para o estudo da mobilização sindical. Não apenas porque, nesses anos, tanto a situação política nacional como o desempenho econômico do país mudaram profundamente. Também porque houve, a partir de 2011, uma intensificação dos conflitos trabalhistas. Os professores das redes estaduais e municipais do Brasil realizaram mais de 2.500 greves entre 2003 e 2022. Analisar estas greves é uma contribuição tanto ao estudo da ação coletiva dos trabalhadores brasileiros como às pesquisas sobre sindicalismo docente no âmbito internacional.

O presente trabalho, que continua a nossa pesquisa sobre as greves dos professores de educação básica (Gindin; Casco; Becher, 2024), tem dois objetivos. O primeiro é sistematizar informação do Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-DIEESE) sobre as greves docentes nas redes estaduais e municipais entre 2003 e 2022. Esta sistematização subsidia o segundo objetivo: discutir a audaciosa e provocativa proposta desenvolvida por Etchemendy e Lodola, num artigo pré-publicado em 2023, para explicar as greves docentes na Argentina entre 2006 e 2019. Para os citados autores este caso seria um “laboratório” para “testar” argumentos que permitiram colocar as bases de um olhar geral sobre a ação sindical no setor público em contextos democráticos. A informação empírica na qual nos baseamos (fundamentalmente sobre Brasil) é muito mais limitada da que utilizam estes autores (sobre Argentina), e nosso trabalho pode ser lido com um ensaio crítico com base empírica.

Na próxima seção, apresentamos a base de dados sobre greves docentes no Brasil. Seguidamente, reconstruímos algumas características do contexto político, econômico e educacional brasileiro, e mostramos os dados sobre greves docentes entre 2003 e 2022. O centro do artigo é a seção seguinte, “Explicando as greves docentes”. Ali mobilizamos as estatísticas apresentadas junto com informação complementar e bibliografia acadêmica sobre o sindicalismo docente no Brasil, México, Estados Unidos e Argentina. Este material, que nos permite problematizar a pesquisa de Etchemendy e Lodola a partir de dados empíricos, se combina com uma crítica teórico-metodológica que é, ao mesmo tempo, a indicação de um caminho parcialmente diferente para estudar as greves. Este caminho é o que trilhou Franzosi (1995) no seu livro sobre as greves dos trabalhadores industriais na Itália. Trata-se de considerar que as determinações dos conflitos trabalhistas não podem ser tratadas como variáveis independentes que, hipoteticamente, funcionam da mesma maneira em diferentes contextos. Pelo contrário, as relações entre os elementos explicativos da ação coletiva dos

trabalhadores são mutáveis e são, pela sua vez, transformadas pela própria ação coletiva dos trabalhadores. Desde este ponto de vista, a utilização de técnicas qualitativas e quantitativas não está orientada pela necessidade de comprovar (ou refutar) um modelo explicativo geral, mas pelo imperativo de explicar realidades sociais particulares que sintetizam, de maneiras diferentes, múltiplas determinações.

A base de dados sobre greves docentes do SAG-DIEESE

A principal base de dados sobre greves no Brasil é a produzida pelo SAG-DIEESE. Esta base é preenchida com informações veiculadas pela imprensa e pelos sindicatos. Infelizmente, raramente é registrada ou estimada a quantidade de trabalhadores envolvidos, o que impede ponderar a quantidade de jornadas individuais paradas. Além disso, provavelmente a quantidade de greves nas redes municipais de ensino esteja subrepresentada, pois há no Brasil mais de 5.000 municípios.

Para o presente artigo, realizamos um cuidadoso trabalho, orientado a identificar e distinguir as greves de professores das redes estaduais e municipais de ensino. Excluimos as greves dos trabalhadores técnico-administrativos das quais não participaram docentes, as greves dos professores de ensino técnico-profissional (que não estão subordinado às secretárias estaduais de educação) e 67 registros de greves numa ou num pequeno número de escolas (em geral por problemas de más condições no local de trabalho ou de violência contra a comunidade escolar). Também excluimos 21 greves nacionais das quais participaram professores municipais e estaduais, protestos que exigem um trabalho específico voltado a identificar qual entidade convoca à greve e em que medida participa a categoria. Mantivemos na base de dados que utilizamos 6 greves municipais limitadas aos professores de ensino pré-escolar. Depois desta delimitação, trabalhamos com registros de 2.583 greves. Deste total, 99% são greves circunscritas ao setor de educação (não são movimentos do conjunto do funcionalismo) e só a uma rede (não são protestos unificados de trabalhadores de redes diferentes).

O processo político e econômico entre 2003 e 2022

O Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao governo federal em 2003, e continuou na presidência por mais de uma década. A presidente Dilma Rouseff (PT) sofreu em 2016 um golpe parlamentar, e o governo federal ficou em mãos do seu vice-presidente. Isto significou um giro radical à direita do governo, giro ratificado com a presidência de Jair Bolsonaro

(2019-2022). Este processo político está em parte associado ao ciclo econômico: o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa relativamente alta até 2013 e teve um crescimento médio relativamente baixo nos anos seguintes.

Nos primeiros anos do governo do PT, praticamente todos os indicadores do mercado de trabalho melhoraram. De qualquer maneira, estes avanços foram modestos não só em relação às necessidades objetivas da população, mas também às expectativas econômicas e de mobilidade social ascendente - em parte estimuladas pelo próprio governo do PT. Este é um ponto central levantado por Cardoso (2020). A “frustração das expectativas”, particularmente das classes médias em processo de ascensão social, mas também das classes mais baixas da população, teria sido combustível fundamental das massivas mobilizações que marcaram o ano de 2013. O governo do PT não resistiu ao duplo desafio colocado pela deterioração da situação econômica e pela oposição de uma direita radicalizada, que capitalizou politicamente as mobilizações, protagonizou os protestos dos anos seguintes e pautou o debate público.

Em 2009 os professores que trabalhavam nos estados e municípios constituíam 81,5% dos professores de educação básica (INEP, 2010). A organização representativa destes trabalhadores em escala nacional é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Inicialmente a CNTE era uma federação de organizações estaduais (que em muitos casos representavam também os trabalhadores das redes municipais); mas, para ampliar a sua representatividade, acabou promovendo a partir de 2002 a incorporação de sindicatos de trabalhadores em educação de base municipal. Neste segmento também atuavam e atuam sindicatos do conjunto do funcionalismo municipal que representam, entre outras categorias, os trabalhadores em educação (Gindin, 2015).

A CNTE manteve uma relação fluida com o governo do PT. Foi esta articulação que permitiu a promulgação de uma velha demanda da categoria: o piso salarial nacional (Lei 11.738/08). A mesma lei criou um critério para a atualização do piso e estabeleceu que 1/3 da carga horária devia ser utilizado para atividades extraclasse. O piso salarial tem como referência um professor com formação de nível médio e uma carga horária de 40 horas semanais.

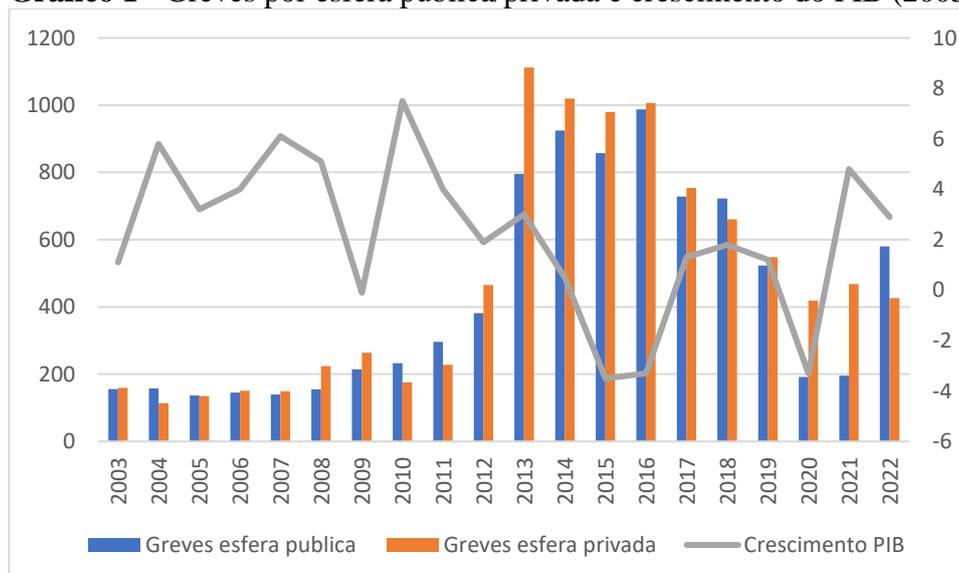
Até 2022 houve um aumento do valor real do piso salarial, enquanto os indicadores econômicos se deterioravam. Os trabalhos de Jacomini, Gil e Castro (2019) e de Jacomini, Bassi, Fernandes, Rolim e Camargo (2020) permitem identificar quatro políticas dos governos estaduais para diminuir o impacto desta situação no orçamento educacional. Em primeiro lugar, simplesmente não cumprir ou cumprir parcialmente a legislação. Em segundo lugar, redes que pagavam vencimentos bem acima do PSPN nos primeiros anos de vigor da lei, não

atualizaram estes vencimentos proporcionalmente. Em terceiro lugar, como a referência do PSPN são os professores com formação de nível médio (aproximadamente 10% da categoria), algumas gestões reformaram os planos de carreira para diminuir o peso dos avanços por tempo de serviço e titulação. Outra resposta foi aumentar o número de professores com contratos de trabalho temporários. É provável que estas políticas governamentais tenham sido ainda mais profundas e generalizadas nos pequenos municípios, âmbito no qual a categoria tem menos capacidade de mobilização. Previsivelmente, entre as principais reivindicações docentes depois de 2008 se encontram o cumprimento da lei do piso, a defesa dos planos de carreira e a realização de concursos.

As greves docentes no período 2003-2022

Antes de descrever as greves docentes realizadas entre 2003 e 2022, cabe reconstruir brevemente a evolução do conjunto das greves realizadas no período. Este movimento serve não apenas para reconstruir parcialmente o contexto da ação coletiva do professorado, mas também como controle parcial de alguns argumentos mobilizados para explicar as greves docentes. No seguinte gráfico, pode se ver a evolução da quantidade de greves na esfera pública e na esfera privada (sem contar as greves nas empresas estatais) e o crescimento do PIB no período.

Gráfico 1 - Greves por esfera pública/privada e crescimento do PIB (2003-2022)

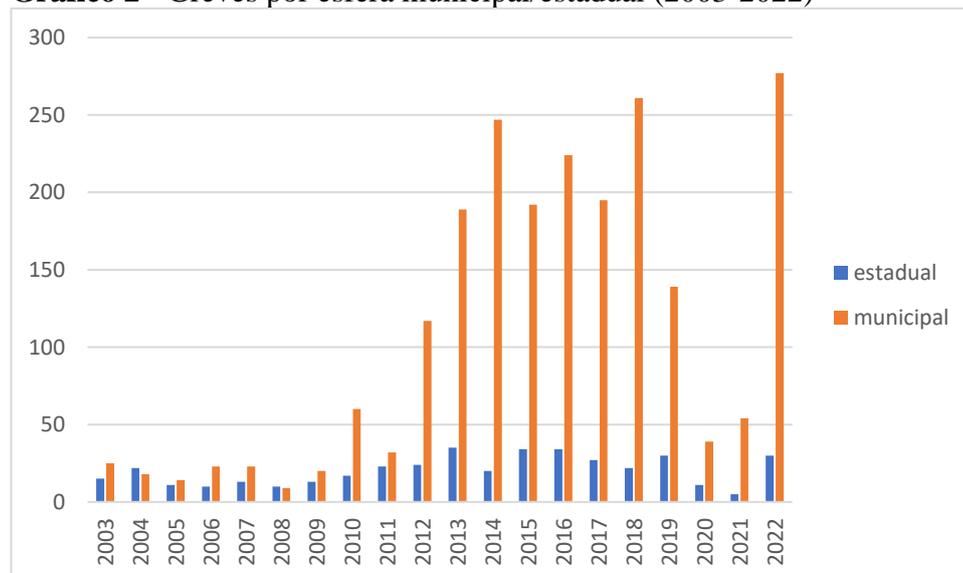


Fonte: IBGE (2024) e DIEESE (2024).

O gráfico 1 mostra que, entre 2003 e 2022, a quantidade de greves do setor público e do setor privado seguiram trajetórias semelhantes. Pode se ver que há um pequeno aumento da quantidade de greves entre 2008 e 2011 e um salto significativo entre 2011 e 2013. Cabe lembrar que 2013 foi um ano de mobilizações populares gigantescas, que expressaram um forte descontento social e a determinação de setores expressivos da população de atuar coletivamente. A quantidade de greves só começou a declinar depois de 2016, mas já não voltou ao nível pré-2012. A queda na quantidade de greves no setor público em 2020-2021 evidentemente está relacionada com a pandemia de COVID 19. Poderia se dizer que houve uma onda de greves com relativamente pouca visibilidade social (2012-2013), opacada por uma mobilização social que ocupou o centro da cena política (2013) e que foi capitalizada pela direita contra um governo com o qual se identificavam setores significativos do sindicalismo. Em termos de ciclo econômico, as greves crescem no final da etapa de crescimento econômico (a média de crescimento no triênio 2011-2013 foi de 3%) e continuam em patamares relativamente altos na fase recessiva ou de baixo crescimento do ciclo econômico. Oliveira (2022) destaca que a mudança entre ambas as fases do ciclo econômico, mais do que na quantidade de greves, se expressou nas pautas das greves.

No gráfico 2 pode se ver que há diferenças significativas na evolução da quantidade de greves docentes segundo se trate das redes municipais ou estaduais de ensino.

Gráfico 2 - Greves por esfera municipal/estadual (2003-2022)



Nota: Não se consideram 19 greves conjuntas de professores estaduais e municipais.

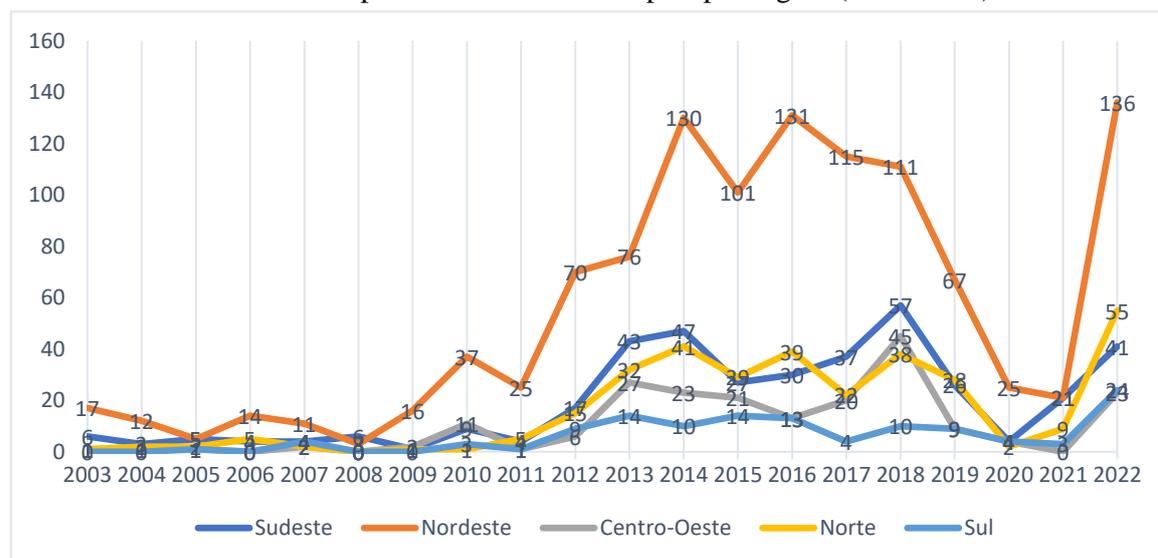
Fonte: DIEESE (2024).

O crescimento das greves municipais é muito significativo. Certamente, como as prefeituras empregam em geral menos trabalhadores, se pudéssemos captar a quantidade de grevistas o aumento das greves não seria tão impactante. De qualquer maneira, o crescimento das greves nas redes estaduais também é claro, pois a média anual de greves se duplica: passa de 14 entre 2003 e 2010 para 28 entre 2011 e 2019.

O aumento das greves municipais não aconteceu apenas no setor da educação. Entre 2011 e 2013, também cresceu a quantidade de greves entre os funcionários municipais do executivo, da saúde e da segurança pública. Isto levou a que o peso dos funcionários municipais no conjunto das greves do funcionalismo público crescesse de 36,8 para 60,3% (Linhares, 2015). De qualquer maneira, a partir dos dados apresentados pelo próprio Linhares (2015) e da base de dados utilizada no presente artigo, podemos ver que a participação dos professores municipais no conjunto das greves do funcionalismo público municipal cresceu de 29,3% em 2011 para 51,5% em 2012 e 39,4% em 2013. Isto significa que aumentou a participação dos professores no conjunto das greves municipais, mas as greves dos funcionários públicos municipais aumentaram mesmo sem considerar os professores.

Ao olhar os dados de greves por região, pode se ver que as greves municipais se concentram no Nordeste. Embora os dados sobre as greves municipais devam ser olhados com cuidado (pois provavelmente se trate de um segmento subrepresentado na base de dados do SAG-DIEESE), deve-se notar que no Nordeste se encontra 17,5% dos municípios do Brasil, mas o DIEESE registrou 51,7% das greves municipais realizadas entre 2003 e 2022.

Gráfico 3 - Greves municipais e estaduais/municipais por região (2003-2022)

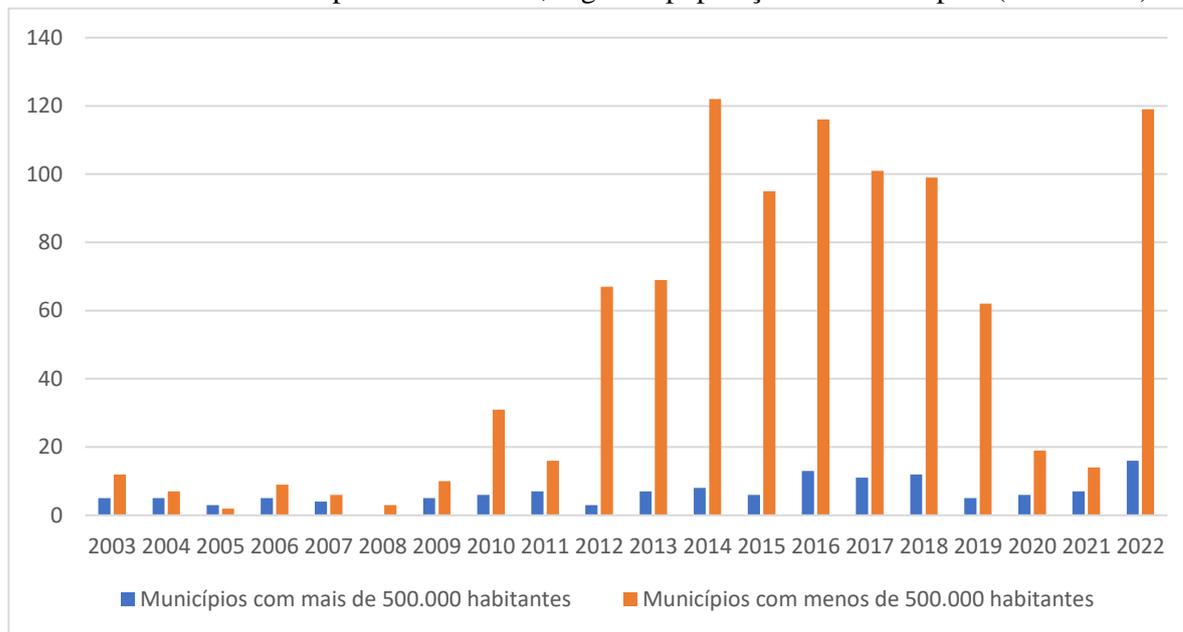


Nota: O SAG-DIEESE registrou greves 19 conjuntas de professores estaduais e municipais: 6 no Norte, 7 no Nordeste e 6 no Sudeste.

Fonte: DIEESE (2024).

O gráfico 4 mostra que este crescimento das greves municipais do Nordeste se concentra nos municípios médios e pequenos.

Gráfico 4 - Greves municipais no Nordeste, segundo população dos municípios (2003-2022)



Fonte: IBGE (2023) e DIEESE (2024).

O crescimento das greves municipais nas pequenas e médias cidades do Nordeste não tem paralelo nas redes estaduais da mesma região, pois ali se encontram 34% das unidades federativas e se realizaram 35,4% das greves estaduais entre 2003 e 2022. É provável que seja o segmento da categoria no qual a lei do piso salarial nacional teve o maior impacto, pois nessas redes é onde trabalhava uma quantidade relativamente grande de professores com nível médio² e, embora não contemos com informação sistemática em relação à situação salarial dos professores municipais, é provável que os municípios pagassem salários relativamente baixos. Conforme indicamos, a lei do piso salarial tem justamente como referência o salário dos professores com uma formação de nível médio. De qualquer maneira, o crescimento paralelo das greves em outras categorias permite afirmar que a explicação do aumento das greves deve transcender o papel da legislação federal do âmbito educacional. O processo econômico, social e político geral estimulou que novos setores de trabalhadores realizassem greves (no nosso caso, os professores das redes municipais menores).

Mais um dado, agora sobre as redes estaduais. Trata-se de um segmento com tradição sindical, em relação ao qual, provavelmente, o registro do SAG-DIEESE seja exaustivo.

² Segundo dados do 2009, no Nordeste trabalhavam praticamente a metade dos professores com formação de nível médio do país (48,0%, fundamentalmente nas redes municipais) (INEP, 2010). É plausível que a percentagem de professores com formação de nível médio fosse maior no interior dos estados.

Percebemos ali que, embora em todos os estados tenha havido greves, a variação interestadual em termos de greves e dias de greve dos professores estaduais é significativa. A seguinte tabela apresenta os dados das quatro redes estaduais que tiveram mais, e menos, greves e dias de greves entre 2003 e 2022.

Tabela 1 - Redes estaduais com mais e com menos greves e dias de greve (2003-2022)

	Total de greves (2003-2022)	Total de dias de greve (2003-2022)
Redes com mais greves e dias de greve	Minas Gerais (37)	Piauí (566)
	Rio de Janeiro (36)	Pará (558)
	Pará (29)	Rio de Janeiro (445)
	Rio Grande do Sul (26)	Minas Gerais (416)
Redes com menos greves e dias de greve	Mato Grosso do Sul (7)	Roraima (127)
	Roraima (6 greves)	Amazonas (78)
	Tocantins (5 greves)	Espírito Santo (47)
	Espírito Santo (3 greves)	Mato Grosso Sul (24)

Fonte: DIEESE (2024).

Explicando as greves docentes

Num recente trabalho, Etchemendy e Lodola (2023) estudam os protestos dos professores de educação básica do setor público na Argentina de 2006 a 2019. Neste período houve uma mudança regressiva da situação econômica. Eles comparam, em escala nacional, duas etapas políticas diferentes (o governo Kirchner e o governo Macri). Seguidamente, realizam uma análise estatística de 331 negociações anuais entre os governos dos 24 estados e os sindicatos docentes. Etchemendy e Lodola desenvolvem uma “teoria” geral para explicar os conflitos. O trabalho dos autores é particularmente meritório, porque nos estudos sobre sindicalismo docente é rara a utilização de estatísticas e as pesquisas sobre processos de mobilização são, em linhas gerais, estudos de caso ou comparações de um pequeno número de casos. Embora os autores indiquem algumas limitações do seu próprio trabalho³, a pesquisa é ambiciosa e provocativa, pois pretende assentar as bases de um modelo para explicar os conflitos trabalhistas no setor público no âmbito de regimes democráticos. É eloquente o próprio título do artigo: “*The Rise of Public Sector Unions in the Twenty-First Century: A Theoretical, Mixed-Methods Approach with Evidence from Argentina*”.

As hipóteses relativas ao sindicalismo do setor público são construídas por contraste com o sindicalismo do setor privado. Em primeiro lugar, em relação ao ciclo econômico. No setor privado, as greves cresceriam no momento ascendente do ciclo econômico (quando cai

³ Etchemendy e Lodola (2003, p.27) consideram que “... national and subnational qualitative assessments in this article were essentially confirmatory of our general explanatory model” e que o desenho da pesquisa “... is not especially suited to find omitted variables or deal with the problem of possibly ‘underfitted’ regression analysis”.

o desemprego e as empresas podem ceder às demandas salariais) e diminuiriam no momento descendente do ciclo econômico (pelo temor ao desemprego e pelas dificuldades econômicas das empresas). No setor público, diferentemente, as greves cresceriam na fase descendente do ciclo econômico, porque há disputa por recursos escassos e os funcionários públicos têm pouco ou nenhum temor às demissões. A segunda hipótese é relativa à negociação coletiva. No setor público a negociação coletiva em geral está pouco ou não está institucionalizada. Isto explicaria que, em termos gerais, há mais greves no setor público, pois a consolidação da negociação coletiva diminuiria os conflitos trabalhistas. A terceira hipótese é sobre a negociação política (*political exchange*): as lideranças sindicais do setor público dependem mais da proximidade com os governos para conseguir avanços sindicais e trabalhistas, e a negociação política supõe concessões governamentais em troca de paz trabalhista. Esta negociação tem dois pré-requisitos: o sindicato precisa ter a capacidade de conter as suas bases e a elite sindical tem que se identificar politicamente com o governo (pois dessa maneira confiaria em que será recompensada pela sua contenção e se identificaria com o destino político do governo). A ausência de concorrência inter ou intrassindical seria um indicador da capacidade da direção sindical de garantir total ou parcialmente a ausência de conflitos trabalhistas.

A comparação em escala nacional da relação entre o sindicalismo docente e os governos de Kirchner e Macri confirma as hipóteses da pesquisa. Pela sua vez, a análise estatística mostra que há relação consistente entre as greves e o ciclo econômico, assim como entre as greves e as variáveis relativas à “negociação política” (concorrência/hegemonia intrassindical, concorrência/monopólio intersindical e oposição/identificação entre sindicato e governo). Em relação à negociação institucionalizada, Etchemendy e Lodola (2023) escrevem que “... *against our initial expectations, institutionalized provincial “duty to bargain” rights do not seem to decrease (at least by themselves) teachers’ incentives to mobilize*” (p. 19); e que “... *the deterrent effect of provincial bargaining rights over teachers’ propensity to strike is relatively moderate as it is only observed in bargaining rounds with one or two teacher unions*” (p. 20).

A estatísticas sobre as greves dos professores públicos no Brasil, entre 2003 e 2022, permitem problematizar os argumentos de Etchemendy e Lodola (2023). Trata-se obviamente de um contexto diferente, mas com muitas semelhanças: o Brasil é um país democrático que teve, nesses anos, uma etapa de crescimento econômico consistente, seguida de um período com baixo crescimento econômico. Além disso, a ampla maioria dos professores públicos são empregados por governos subnacionais. Também como na Argentina, há casos de

identificação e de oposição política entre elites sindicais e governos, e é comum a concorrência intrassindical (embora rara a concorrência intersindical). O material empírico no qual nos baseamos é muito mais modesto do que o utilizado por Etchemendy e Lodola (2023)⁴, mas é suficiente para subsidiar algumas críticas ao trabalho destes autores e indicar um caminho parcialmente diferente para a explicação das greves. Além de utilizar o caso brasileiro, mobilizamos exemplos de Estados Unidos, México e da própria Argentina.

Em primeiro lugar, mostraremos empiricamente o que consideramos como algumas limitações dos argumentos de Etchemendy e Lodola para explicar as greves dos docentes públicos. Seguidamente, realizaremos algumas observações críticas do método utilizado para construir as “evidências” de acordo com as quais a sua explicação seria consistente. Em terceiro lugar, destacaremos elementos e dimensões de análise relevantes para o entendimento das greves que não são considerados por Etchemendy e Lodola.

- *Ciclo econômico, negociação coletiva e negociação política*

As greves dos professores públicos no Brasil, diferentemente das greves no setor privado, cresceram na fase recessiva ou de baixo crescimento do ciclo econômico? É verdade que, nos primeiros anos do governo do PT, com a economia em crescimento, a quantidade de greves de professores foi baixa. Mas o aumento deste indicador ocorreu nos últimos anos de crescimento econômico (e não no ciclo recessivo ou de baixo crescimento). Depois desse salto, a quantidade de greves se manteve, com oscilações, num nível bem maior ao do período 2003-2009. Além disso, como mostramos, diferentemente do que pressupõem Etchemendy e Lodola, no Brasil a quantidade de greves dos trabalhadores do setor público e do setor privado seguiram trajetórias semelhantes (ver gráfico 1). Isso convida a procurar explicações para o caso brasileiro com foco nas semelhanças, e não nas diferenças, entre o setor público e o privado. Chama a atenção que Etchemendy e Lodola tenham dado como “ponto pacífico” na literatura que as greves do setor privado aumentam nas etapas de crescimento econômico, sem mostrar se isso efetivamente foi o que aconteceu na Argentina.

Etchemendy e Lodola também colocam uma hipótese relativa à negociação coletiva: onde a negociação coletiva está institucionalizada, haveria menos greves. Esta hipótese não está sustentada em nenhuma pesquisa empírica e seria difícil explicar a partir dela o que acontece nos Estados Unidos (um caso muito relevante, desde o ponto de vista metodológico,

⁴ A fonte dos dados sobre greves de Etchemendy e Lodola é o levantamento estatístico sobre conflitos trabalhistas que realiza o Ministério do Trabalho. A base de dados do DIEESE é mais frágil -algo lógico, pois o DIEESE é uma entidade intersindical e não parte do governo federal. Por outro lado, não realizamos uma reconstrução nem das variáveis econômicas nem das variáveis políticas abrangente e sistemática como a de Etchemendy e Lodola.

pois há uma significativa variação interestadual nos direitos sindicais dos funcionários públicos). Nos Estados Unidos, é nos estados com negociação coletiva institucionalizada onde se concentraram as greves de professores entre 1998 e 2017⁵. A questão da negociação coletiva é obviamente importante para o entendimento das greves, mas é interessante transcender a perspectiva limitada de considerar se a existência de negociação coletiva está associada de maneira consistente, ou não, à quantidade de greves num determinado período. No setor público brasileiro não há regulamentação nem do direito de greve (estabelecido pela Constituição Federal) nem da negociação coletiva. Esta regulamentação frágil é decisiva para explicar que as greves não estejam associadas a um processo de negociação coletiva institucionalizado. Com efeito, os professores de uma mesma rede podem – eventualmente – realizar greves todos os anos, em meses diferentes, e demandar política e juridicamente que não existam punições nem ao sindicato nem aos grevistas. Trata-se de um determinante institucional do padrão de greve próprio do regime trabalhista docente no setor público brasileiro.

Finalmente, vejamos o argumento relativo à negociação política. De acordo com este argumento, a identidade política entre elites sindicais e governos, assim como a ausência de oposição e de concorrência sindical, contribuiriam para a paz trabalhista. É uma hipótese consistente, mas deveria ser relativizada. Quando um grupo radicalizado está consolidado na direção sindical, a concorrência intrassindical pode constituir um incentivo para conter a mobilização (e não para aprofundá-la). Isto é o que acontece em Oaxaca (México) desde 2006, com a criação de uma nova seção sindical do *Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación* (a seção 59), oposta à combativa seção 22 (Casco, 2020). Por outro lado, com base neste argumento relativo à negociação política é difícil explicar a explosão de greves municipais no Brasil, pois não parece ter havido uma organização generalizada de oposições sindicais competitivas⁶ nem uma mudança política igualmente generalizada nas administrações municipais que teria empurrado os sindicatos à oposição política. Note-se que o PT tem um peso significativo nas direções dos sindicatos docentes, e que o crescimento das

⁵ Consideramos os vinte anos anteriores à greve dos professores de West Virginia (2018). O *Bureau of Labor Statistics* dos Estados Unidos, que registra as greves das quais participam mais de 1.000 trabalhadores, identificou 27 greves dos docentes públicos de educação básica realizadas entre 1998 e 2017 (U.S. Bureau of Labor Statistics, 2024). Destas 27 greves, 26 se realizaram em Illinois, Washington, Califórnia, Michigan, Indiana, Montana, Havai, New York ou New Jersey, estados nos quais a negociação coletiva na educação pública é obrigatória. A greve restante se realizou em Alabama, onde a negociação coletiva é permitida. Nos 5 estados nos quais a negociação coletiva está proibida não se registrou nenhuma greve. Na maioria destes estados nos quais a negociação coletiva não é obrigatória as greves são proibidas. Sobre a legislação relativa aos direitos de negociação coletiva nos diferentes estados dos Estados Unidos, ver Northern, Scull e Zeehandelaar (2012).

⁶ Não foram anos de crescimento das correntes radicalizadas do professorado. A direção da CNTE, eleita indiretamente nos Congressos da entidade, obteve 67% dos votos em 2002 e 2005 e 82% nos Congressos de 2008 e 2011 (Gindin, 2015).

greves municipais foi posterior e simultâneo ao aumento da quantidade de prefeituras governadas pelo PT⁷.

Como mostramos, entre os 4 estados com mais greves e dias de greve se encontram Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em Rio de Janeiro atua um sindicato disputado por diferentes grupos, que se opôs ao governo do estado entre 2003 e 2022. Provavelmente as hipóteses relativas à negociação política de Etchemendy e Lodola sejam importantes para explicar a grande quantidade de greves e dias de greves realizadas nesse estado. Mas os casos de Minas Gerais e Sergipe parecem desafiar esta hipótese. Em Minas Gerais, em 2015, uma elite sindical identificada com o PT foi reeleita sem concorrência intrassindical⁸. Mesmo assim, em 2017 e 2018 o sindicato se mobilizou contra o governo do PT eleito em 2015 - paralisou as atividades por 26 e por 61 dias respectivamente. Algo semelhante aconteceu em Sergipe, em 2012. O governador do PT foi reeleito em 2010. Também em 2010, a chapa que liderava o sindicato foi reeleita com 95% dos votos⁹. Mas em 2012 os professores realizaram uma greve de 61 dias (a maior do período 2003-2022). O que fazer com estes casos nos quais as hipóteses explicativas parecem não explicar as greves? Trataremos isto no próximo ponto.

- *Variáveis, indicadores e observações residuais*

Depois de colocar em tensão as hipóteses de Etchemendy e Lodola a partir de dados empíricos, podemos dar um passo à frente e problematizar a própria construção do modelo. Apresentaremos cinco argumentos.

Em primeiro lugar, sobre a utilização de métodos combinados (uma comparação qualitativa nacional e uma análise estatística de indicadores subnacionais). Ao fazer isso, os autores pretendem seguir o trabalho de Franzosi (1995). Mas Franzosi utilizou diferentes abordagens para analisar os mesmos processos. Por trás desse desenho de pesquisa, se encontrava o objetivo de complexificar a interpretação das greves; por isso no seu livro Franzosi usa a metáfora de um “*puzzle*” (cada característica do processo de greves é uma peça que tem que ser incorporado ao *puzzle*, a partir de uma explicação satisfatória). Na abordagem de Etchemendy e Lodola, diferentemente, a análise estatística da realidade subnacional e a comparação em escala nacional operam fundamentalmente como caminhos paralelos para ilustrar e comprovar relações causais preestabelecidas teoricamente.

7 O PT passou de eleger 411 prefeitos nas eleições de 2004 a eleger 547 prefeitos nas eleições de 2008 e mais de 620 nas eleições de 2012 (dados da Fundação Perseu Abramo). Essa tendência foi quebrada em 2016.

⁸ Ver website do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (<https://sindutemg.org.br>).

⁹ Ver website do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe (<https://sintese.org.br>).

Em segundo lugar, sobre os casos que não podem ser satisfatoriamente explicados a partir das hipóteses de pesquisa. Entender estes casos é estratégico para a compreensão de um fenômeno. Etchemendy e Lodola chegam a indicar que pesquisas futuras poderiam se focar em casos nos quais o modelo parece não funcionar, e procurar explicações alternativas, mas eles não parecem ter interesse em casos que tensionem o modelo. Muito pelo contrário, quando descrevem casos estaduais escolhem casos nos quais as variáveis independentes estão associadas à mobilização docente da maneira prevista no modelo (os estados de Neuquén e Mendoza, com muitas e poucas greves respectivamente). O mesmo acontece ao tratar a situação “paradoxal”, segundo os nossos autores, de alguns estados com muitos protestos docentes no período de crescimento econômico e negociação coletiva de aumentos salariais em escala nacional. Nesses casos, a resposta é que a direção nacional que negociou o aumento não controlava o sindicalismo docente em escala estadual (os sindicatos eram opositores ou havia concorrência sindical).

Em terceiro lugar, sobre como incorporar a situação política à explicação da ocorrência de greves. Para operacionalizar e processar estatisticamente a realidade política subnacional, Etchemendy e Lodola estabelecem uma variável contínua para a concorrência intersindical e variáveis binárias para a existência de oposição intrassindical e para a relação política entre a elite sindical e o governo. Conforme destacou Franzosi (1995), este tipo de decisões metodológicas faz com que perca valor como evidência empírica o que não é quantificável ou não pode ser estabelecido como variável. Consideramos que incorporar uma perspectiva mais ampla e rica da política à explicação das greves permitiria uma compreensão mais satisfatória, e provavelmente contribuiria a entender a trajetória similar entre a quantidade de greves do setor público e privado no Brasil no período 2003-2022¹⁰, e muito especialmente o aumento das greves nos últimos anos de crescimento econômico. A “frustração das expectativas” de amplos setores sociais, chaves para a compreensão do contexto político do período 2011-2013 (Cardoso, 2020), não pode ser captada em termos de identidade política e concorrência sindical.

Em quarto lugar, sobre a greve como variável dependente ou independente. No modelo que estamos analisando, não há lugar para considerar que uma greve estadual favoreça de alguma maneira uma greve municipal, ou que uma greve municipal estimule uma greve no município vizinho. Mas isto é justamente o que acontece nas ondas ou explosões de greves. Esta observação também é tributária da crítica que Franzosi (1995) fez à utilização de modelos

¹⁰ Como destaca Noronha (2009, p. 160) ao analisar as greves no Brasil do período 1978-2007: “... em determinados momentos, a opinião pública favorece as ações coletivas, tomando todas as categorias de trabalhadores, independentemente de suas condições específicas de salário ou de competição por postos de trabalho, mais propensas a promoverem ou aderirem a greves”.

estatísticos para explicar as greves. Nas ondas de greves os conflitos trabalhistas se intensificam aceleradamente e se propagam a novos setores ou a novas regiões. As greves estimulam greves, como também argumentou Linhares (2015), ao tratar das greves no Brasil no período 2011-2013. Este argumento é coerente com o aumento das greves docentes, especialmente das greves municipais, particularmente nos pequenos e médios municípios (gráficos 2 e 4). Também é o que aparentemente ocorreu nas greves docentes dos Estados Unidos no período 2018/2019.

Em quinto lugar, sobre as relações entre variáveis dependentes e independentes. Um fenômeno pode atuar num contexto próximo do que seria uma variável dependente, e em outro contexto atuar como variável independente. Claro que a existência de uma oposição pode pressionar à direção sindical para mobilizar a categoria; mas em alguns contextos pode ser a mobilização aquilo que opera como condição de possibilidade da emergência de uma oposição que desafie seriamente a elite sindical. Isto é que aconteceu em alguns estados mexicanos no final da década de 1970/inícios da década de 1980 (Cook, 1996). Também pode se inverter a relação causal do argumento sobre a relação entre identidade política e negociação política. De acordo com o modelo que estamos analisando, a identidade política entre a direção de CTERA e o Kirchnerismo contribuiu para a negociação política (poucos protestos docentes e a promulgação de uma legislação educacional e trabalhista negociada). Mas, em algumas partes do texto, Etchemendy e Lodola mostram que a identificação da direção de CTERA com o governo peronista de 2003-2015 (que não estava dada desde o início), foi uma “convergence” a partir de políticas concretas do governo (p. 13 e p. 26). Note-se que a relação causal parece se inverter. A hipótese, da maneira que aparece no modelo que estamos analisando, também não permite entender satisfatoriamente outros marcos da história da relação entre o sindicalismo docente e o governo federal na Argentina. Com efeito, a direção de CTERA estava identificada com o peronismo quando este chegou ao governo em 1989, e com a coalizão que ganhou as eleições em 1999; mas, em ambos os casos, passou a organizar greves e mobilizações pela sua oposição às políticas implementadas (Gindin, 2015). Poderíamos inverter a relação causal colocada por Etchemendy e Lodola e supor que foi a coincidência ou a oposição a políticas concretas a base da convergência ou do distanciamento político entre as lideranças sindicais e os governos eleitos em 1989, 1999 e 2003.

- **Outros elementos e dimensões de análise: mutiescalaridade, tradição sindical e a base trabalhadora como “variável independente”**

Depois de tensionar com dados empíricos os argumentos do texto que estamos analisando, e de criticar metodologicamente a sua abordagem, vamos destacar elementos que consideramos importantes para o estudo das greves, e que não estão considerados no modelo explicativo de Etchemendy e Lodola: as bases trabalhadoras, a tradição sindical e o caráter multiescalar do regime trabalhista. De qualquer maneira cabe advertir que, ao fazer isto, não pretendemos completar um hipotético conjunto de determinantes da mobilização docente.

No modelo explicativo de Etchemendy e Lodola, não há lugar para os trabalhadores como elemento relativamente independente da concorrência sindical. Parece que os trabalhadores só podem ser incorporados à explicação na medida em que fortalecem a elite sindical que lidera o sindicato ou a uma elite concorrente. Esta perspectiva já foi criticada por Cook (1996), no estudo sobre os setores radicalizados do professorado mexicano. A agitação trabalhista nas bases sindicais pode ser um elemento relevante para explicar alguns casos nos quais as elites sindicais confrontam governos com os quais se identificam politicamente (inclusive sem disputa intrassindical, como pode ter acontecido nos casos de Minas Gerais e de Sergipe aos quais fizemos referência). Esta agitação pode estar associada a expectativas generalizadas na população assalariada em relação, por exemplo, à melhoria de renda. Poderia se construir, a partir desta consideração geral, uma hipótese de pesquisa para explicar o crescimento acelerado das greves nos setores público e privado de 2011 a 2013, coerente com o citado argumento de Cardoso (2020), para explicar o processo político brasileiro.

Também não há espaço, no modelo que estamos analisando, para considerar como parte da explicação as diferentes tradições sindicais nas distintas redes de ensino. Etchemendy e Lodola mostram certa sensibilidade a esta questão no final do artigo¹¹, mas a tradição sindical não é incorporada ao arcabouço analítico. Pela nossa parte, consideramos que a tradição sindical pode contribuir para entender a grande variação interestadual (e com certeza também intermunicipal) na quantidade e na duração das greves docentes, tanto na Argentina quanto no Brasil. Com efeito, a realização (ou não) de greves depende em parte da tradição sindical, pois os trabalhadores e os dirigentes sindicais decidem o que fazer considerando o que tem feito em situações análogas. Desta maneira, a tradição sindical contribui à reprodução das práticas sindicais e explica parcialmente a sua relativa inércia (Gindin, 2015; Becher, 2022). Possivelmente seja uma das chaves para entender o citado caso de Minas Gerais. Os professores desse estado são os que organizaram mais greves e estas greves foram relativamente longas. Como destacamos, é difícil associar estas greves à existência de uma

¹¹ Em Africa do Sul, Argentina e Brasil “... public sector unions and teachers were permeated by social movement unionism and strong grassroots organization in their formative years. Given that original influence, it is unlikely (though not impossible) that public sector unions and teachers’ militancy will be entirely controlled from above despite the “necessary” deals when their sister parties are in government” (Etchemendy; Lodola, 2023, p. 26-27).

oposição competitiva. Também é difícil relacionar estes indicadores com a identificação política entre elites sindicais e governos, pois durante os governos do Partido da Social-Democracia Brasileira (Aécio Neves e Antônio Anastasia, 2003-2013) houve uma média anual de 22 dias de greves, praticamente a mesma quantidade do que no governo do Partido dos Trabalhadores (Fernando Pimentel, 2015-2018), período no qual houve 23 dias de greve por ano.

Etchemendy e Lodola incorporam uma variável nacional (a negociação coletiva) na análise estatística dos casos subnacionais, para concluir que (como eles esperavam) não tem incidência. Na sua pesquisa, a negociação em cada estado e em escala nacional são quase independentes. Mas uma explicação dos conflitos e da paz trabalhista ganha profundidade se parte de considerar que as maneiras que tem uma categoria de processar a insatisfação trabalhista são estruturadas por elementos de diferentes escalas. Pode se entender a onda de greves de professores em estados periféricos do Brasil, em 1979 e 1980, sem levar em conta a situação política nacional e a centralidade que tinha nela o sindicalismo? Evidentemente não. No período que consideramos no presente artigo, esta realidade multiescalar se reestruturou pela ação dos agentes, e particularmente da CNTE, com a conquista da lei do piso salarial nacional. Esta lei colocou, no horizonte da ação sindical em muitos estados e municípios, a possibilidade de conquistar melhorias salariais e/ou nas condições de trabalho em termos de exigir o cumprimento da lei.

As hipóteses de Etchemendy e Lodola relativas ao ciclo econômico, à negociação coletiva e à negociação política são muito importantes para problematizar o objeto de pesquisa, incorporando “observáveis” no momento inicial da investigação. Além disso, a análise estatística de dados subnacionais sobre greves, situação econômica, negociação coletiva, competência sindical e relações políticas entre lideranças sindicais e governos constitui um esforço de generalização empírica meritório. De qualquer maneira, tentamos mostrar algumas limitações das hipóteses, do modelo explicativo e conseqüentemente da análise dos dados da citada pesquisa. Desde o nosso ponto de vista, subjaz a estas limitações uma perspectiva epistemológica problemática, segundo a qual de fato existe uma explicação única para o conflito e a paz trabalhista no setor público no universo dos regimes democráticos.

Pela nossa parte, acompanhando a literatura contemporânea sobre regimes trabalhistas, consideramos que é a situação concreta a que determina a relação explicativa entre os diferentes processos de uma realidade social com múltiplas determinações. Neste contexto a teoria se desenvolve mostrando a sua potencialidade para explicar realidades particulares, e

não testando hipóteses que explicariam uma realidade relativamente independentemente do contexto histórico.

Conclusões

Entre 2003 e 2022 houve no Brasil um aumento das greves docentes. Os dados do SAG-DIEESE mostram que 1) a trajetória das greves do setor público, e dentro delas as greves docentes, acompanhou em termos gerais a trajetória das greves do setor privado; 2) a quantidade de greves aumentou na fase final da etapa de crescimento econômico, nos últimos anos do governo federal do PT, e se manteve em padrões relativamente altos na etapa de baixo crescimento econômico e governos federais antissindicais; 3) o aumento expressivo da quantidade de greves docentes se explica fundamentalmente pelo crescimento das greves dos professores das redes municipais, especialmente pelas greves nos municípios menores, particularmente da região nordeste; 4) há uma variabilidade significativa tanto na quantidade de greves quanto na quantidade de dias de greve dos professores dos distintos estados.

Utilizamos, além dos dados do SAG-DIEESE, informação complementar sobre o caso brasileiro e literatura acadêmica sobre sindicalismo docente como subsídio para um conjunto de reflexões relativas ao estudo dos conflitos trabalhistas dos professores públicos. Estas reflexões partem da análise da pesquisa de Etchemendy e Lodola sobre as greves docentes na Argentina, pesquisa na qual se encontram uma série de hipóteses para explicar os conflitos trabalhistas no setor público. Consideramos que o citado trabalho tem limitações para explicar satisfatoriamente tanto as greves docentes no Brasil como processos de mobilização docente e de “negociação política” das elites sindicais em México, Estados Unidos e Argentina.

A nossa crítica se identifica com o trabalho de Franzosi (1995). Desde esta perspectiva, nos permitimos algumas hipóteses para explicar as greves docentes no Brasil no período 2003-2022. A situação política nacional teria estimulado a onda de greves nos municípios menores no período 2011-2013, possivelmente, em parte, a partir da experiência dos municípios maiores e das redes estaduais. Que a quantidade de greves tenha se mantido em padrões relativamente altos pode obedecer a causas diferentes, e particularmente ao fortalecimento de uma agenda antitrabalhista e à pressão da situação econômica regressiva sobre o fundo público. A lei do piso salarial docente teria favorecido a realização de greves, legitimando os movimentos de protesta em termos de exigir “o cumprimento da lei”. A grande variação interestadual e com certeza também intermunicipal na quantidade de greves está determinada pela situação política e econômica, mas permitimo-nos sugerir outro determinante: as

tradições sindicais parcialmente diferentes dos professores das distintas redes municipais e estaduais.

Referências

BECHER, Pablo Ariel. *Los guardapolvos vienen marchando*. Estrategias y prácticas de SUTEBA Bahía Blanca (2003-2015). Buenos Aires: TeseoPress, 2022.

CARDOSO, Adalberto. *À beira do abismo*. Uma sociologia política do bolsonarismo. Rio de Janeiro: Amazon, 2020.

CASCO, Mariano. *El sindicalismo de la Sección 22 del SNTE/CNTE contra la Reforma Educativa en México (2012-2018)*. Un caso de sindicalismo de movimiento social. Tese (Doutorado em Estudos Sociais) – Universidad Autónoma Metropolitana, Mexico, 2020.

COOK, María Lorena. *Organizing Dissent*. Unions, the State, and the Democratic Teachers' Movement in México. Philadelphia: The Pennsylvania State University, 1996.

DIEESE. Balanço das greves de 2022. *Estudos & Pesquisas* n° 104, 23 de fevereiro de 2023. São Paulo. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2023/estPesq104Greves.html>. Acesso em: 01/06/2024.

DIEESE. *Base de dados das greves dos trabalhadores em educação (2003-2022)*. Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2024.

ETCHEMENDY, Sebastián; LODOLA, Germán. The Rise of Public Sector Unions in the Twenty-First Century: A Theoretical, Mixed-Methods Approach with Evidence from Argentina. *Politics & Society*, 2023. <https://doi.org/10.1177/00323292231205440>. Acesso em: 27/07/2024.

FRANZOSI, Roberto. *The Puzzle of Strikes*. Class and State Strategies in Postwar Italy. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GINDIN, Julián. La tradición sindical y la explicación de las prácticas sindicales. Conclusiones de una comparación internacional sobre los docentes del sector público, *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho* n. 26, 2011. Disponível em: <http://alast.info/relet/index.php/relet/article/view/144>. Acesso em: 27/07/2024.

GINDIN, Julián. *Por nós Mesmos*. As Práticas Sindicais dos Professores Públicos na Argentina, no Brasil e no México. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

GINDIN, Julián; CASCO, Mariano; BECHER, Pablo. Teacher Strikes in Argentina, Brazil and Mexico (2012–2022), *Globalisation, Societies and Education*, 1–14, 2024. <https://doi.org/10.1080/14767724.2024.2319311>. Acesso em: 27/07/2024.

IBGE. *Censo Demográfico 2022. População e Domicílios - Primeiros Resultados do Universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 01/06/2024.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zip. Acesso em: 26/08/2024.

INEP. *Sinopse do Professor da Educação Básica 2009*. Brasília: INEP, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 01/06/2024.

JACOMINI, Maria Aparecida; GIL, Juca; DE CASTRO, Edimária Carvalho. A Lei do Piso e a jornada: o trabalho docente nos estados. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 259-273, jan./mai. 2019. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.918>. Acesso em: 27/07/2024.

JACOMINI, Márcia Aparecida; BASSI, Marcos Edgar; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; ROLIM, Rosana Maria Gemaque; CAMARGO, Rubens Barbosa de. Contribuições para um Balanço do Fundeb: redistribuição dos recursos, despesas com remuneração e vínculo de trabalho docente. *Revista de Financiamento da Educação* vol. 10, 2020. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/102695>. Acesso em: 27/07/2024.

LINHARES, Rodrigo. As greves de 2011 a 2013. *Revista Ciências do Trabalho* n. 5, 2015. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/97>. Acesso em: 01/06/2024.

NORONHA Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova* n. 76, São Paulo, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100005>. Acesso em: 27/07/2024.

NORTHERN, Amber; SCULL, Janie; ZEEHANDELAAR, Dara. *How strong are U.S. teacher unions? A state-by-state comparison*. Thomas Fordham Institute, 2012. Disponível em: <https://fordhaminstitute.org/national/research/how-strong-are-us-teacher-unions-state-state-comparison>. Acesso em: 01/06/2024.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de. *Greve e negociação coletiva: dimensões complementares da luta sindical*. São Paulo: Dialética, 2022.

U.S. BUREAU OF LABOR STATISTICS. Work Stoppages. U.S. BLS, Work Stoppages Program, 2024. Disponível em: <https://www.bls.gov/web/wkstp/monthly-listing.htm> Acesso em: 01/06/2024.